

XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

12 a 14 de novembro de 2015

**Os trabalhadores não
vão pagar pela crise!**



Resumo de Teses

JUNTOS SOMOS FORTES!



APRESENTAÇÃO

O Congresso dos Trabalhadores da Unicamp é o espaço máximo de organização e deliberação dos servidores da Universidade. Nele são discutidas e aprovadas, com a participação de toda a categoria, o plano de lutas com as ações prioritárias do sindicato para o próximo biênio. O congresso também é um importante momento de formação política, com debates que vão desde a conjuntura política nacional e internacional até questões referentes à organização sindical (como a eleição do Conselho Fiscal) e à realidade da Universidade (o que implica em discutir, por exemplo, modelo educacional, gestão de pessoal e políticas permanentes de combate às opressões).

Para participar do **XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp**, que acontece entre os dias 12 a 14 de novembro de 2015, você não precisa ser filiado ao STU nem ser funcionário concursado. Basta trabalhar na Unicamp e querer construir coletivamente a luta diária por respeito, melhores salários e condições de trabalho e em defesa de uma universidade verdadeiramente pública, gratuita e de qualidade. É por isso que o STU reforça o convite para que os trabalhadores, aposentados, funcionários da Funcamp, terceirizados, professores e estagiários participem do Congresso.

Se quiser se eleger como delegado ou delegada, é necessário participar das assembleias setoriais específicas nas unidades, realizadas entre os dias 22 de setembro e 9 de novembro. Cada unidade pode eleger um determinado número de delegados, proporcional à quantidade de funcionários do local. Os trabalhadores que não se elegerem na assembleia de unidade têm ainda uma segunda chance, no dia 9 de novembro, quando será realizada a última assembleia, que elegerá um delegado para cada dez trabalhadores presentes.

Para dar início a esse período de debates que antecede o **XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp**, o STU lança este caderno especial com os resumos das cinco teses inscritas para o evento. São textos que refletem sobre a situação atual da Universidade, os principais desafios e perspectivas dos trabalhadores para o próximo período. Neles estão expressos os diferentes pontos de vista dos grupos e ativistas que integram a categoria. A leitura, portanto, deve qualificar ainda mais os debates que estão por vir.

SUMÁRIO

**06 | Regimento Interno do XIII Congresso dos
Trabalhadores da Unicamp**

**10 | Tese 1 - TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA
A CATEGORIA - CUT**

**12 | Tese 2 - UNIDADE E LUTA!
CONSTRUINDO O VAMOS À LUTA NACIONAL!**

14 | Tese 3 - VAMOS À LUTA!

15 | Tese 4 - BASE DE LUTA

**17 | Tese 5 - ALERTA UNICAMP:
COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES - CTB**

REGIMENTO INTERNO 2015

O presente Regimento Interno foi aprovado pela Assembleia Geral dos Trabalhadores, realizada no dia 2 de setembro de 2015, e será novamente submetido à aprovação na plenária de abertura do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp.

CAPÍTULO I - DO CARÁTER E OBJETIVOS DO CONGRESSO

Art. 1º - São objetivos do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp:

a) avaliar a realidade da categoria e situação política, econômica e social, internacional, nacional e local, definindo a linha de atuação do movimento dos trabalhadores da Unicamp, bem como suas relações intersindicais e fixar seu plano de lutas;

b) apreciar e votar formas de organização sindical dos trabalhadores da Unicamp;

c) apreciar e votar qualquer tema, desde que aprovado na Assembleia da sua convocação;

d) apreciar e votar alterações estatutárias.

§ **único**: Tendo em vista os objetivos colocados, a dinâmica proposta para este Congresso deve atender a uma exigência fundamental: a de se garantir a mais ampla participação de todos os delegados nas discussões dos pontos de pauta, a partir das teses apresentadas, num clima de respeito e solidariedade de classe.

CAPÍTULO II - DA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 2º - O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp realizar-se-á nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2015, em local a ser definido pela Comissão Organizadora do Congresso.

CAPÍTULO III - DA COORDENAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 3º - Compete à coordenação do Congresso:

a) receber, preparar e encaminhar todas as teses e documentos para os trabalhos do Congresso;

b) orientar e coordenar globalmente todos os trabalhos do Congresso;

c) cumprir e assegurar o cumprimento do Regimento Interno;

d) formar as mesas para coordenação dos trabalhos previstas no capítulo VI;

e) preparar as pautas e o expediente das Plenárias;

f) preparar e encaminhar resolução do Congresso.

§ **Único**: É de competência da Comissão Organizadora do Congresso:

a) credenciar os delegados;

b) organizar as assessorias necessárias;

c) coordenar a comissão de emendas conjuntamente com a tese guia;

d) preparar caderno de emendas;

e) preparar, para a sessão de encerramento, o relatório final dos trabalhos.

CAPÍTULO IV - DOS PARTICIPANTES DO CONGRESSO

Art. 4º - Poderão participar todos os trabalhadores da Unicamp, ativos e aposentados (incluindo-se os contratados pela FUNCAMP, os terceirizados, estagiários e patrulheiros),

desde que credenciados para tal.

Art. 5º - Os delegados serão eleitos em assembleias convocadas para tal fim, obedecendo aos critérios definidos em assembleia (seja nas unidades ou na Assembleia Geral); como segue:

Unidades nº Trabalhadores	Número Delegados
10 a 20	01
21 a 50	02
51 a 100	03
101 a 150	04
151 a 200	05
201 a 300	06
301 a 500	07
501 a 700	08
701 a 1.000	09
1.001 a 1.500	10
1.501 a 2.000	11

§ **1º** - Os trabalhadores que não se elegerem na assembleia de sua unidade poderão se eleger na assembleia final de acordo com o artigo 5º.

§ **2º** - Os delegados suplentes substituirão somente os delegados titulares ausentes de sua unidade.

§ **3º** - Os delegados suplentes da Assembleia Final substituirão somente os delegados titulares de sua respectiva tese.

§ **4º** - Na composição da delegação pela assembleia setorial, será arredondada para cima quando a fração for igual ou superior a 0,5.

§ **5º** - Na Área de Saúde, será preservada a organização por departamentos e turnos para eleição de delegados. Sendo que as unidades que possuem turnos diferenciados devem priorizar o horário da reunião para adequar os dois turnos ou realizar mais de uma reunião.

§ **6º** - Os delegados serão eleitos na proporção da tabela que consta neste artigo e mais 1 (um) para cada 10 (dez) trabalhadores presentes às assembleias setoriais. No caso da assembleia final o critério usado para tirar delegados é definido de acordo com o número de funcionários presentes à assembleia, sendo 1 (um) delegado a cada 10 (dez) pessoas presentes. Fica garantido o direito do aposentado de se eleger na sua unidade, na Assembleia de Aposentados ou na Assembleia Geral, no entanto se ele estiver presente em sua unidade (sendo eleito ou não) não poderá ser quórum na Assembleia de aposentados.

Art. 6º - Todas as inscrições deverão passar pela Comissão Organizadora do Congresso. As dúvidas surgidas serão apreciadas, em última instância, pela plenária de abertura do Congresso, que decidirá pela maioria simples dos presentes, garantida a apreciação das razões das partes.

Art. 7º - Não há membros natos no Congresso.

Art. 8º - O credenciamento dos delegados e suplentes se dará no local de realização do Congresso, até as 14h do dia 13/11/2015 (sexta-feira). Na ausência dos delegados, os suplentes assumirão a titularidade até o final da sessão.

Art. 9º - Serão credenciados como observadores do Congresso os trabalhadores da Unicamp, não eleitos delegados e convidados, que se fizerem presentes, sem direito a voz e sem direito a voto.

§ único: É facultada às teses a inscrição de um assessor, sem direito a voz e voto, para acompanhamento de sua bancada em plenária e do trabalho da comissão de relatores.

CAPÍTULO V - DA PAUTA DO CONGRESSO

Art. 10º - Será submetida à discussão do Congresso a seguinte pauta:

- Conjuntura Nacional/Internacional
- Universidade
- Estrutura sindical (avaliação STU - Balanço e Perspectivas)
- Alteração do Estatuto
- Plano de Lutas
- Eleição do Conselho Fiscal
- Políticas Permanentes e combate às opressões:
 - a) questão racial
 - b) gênero
 - c) orientação sexual / LGBTT

§ único: O Sindicato disponibilizará as teses terminado o prazo de entrega das mesmas, a Imprensa do STU disponibilizará cada uma delas para os representantes de proponentes.

CAPÍTULO VI - DOS ORGANISMOS DO CONGRESSO

Art. 11º - O Congresso será composto pelos seguintes órgãos:

- a) Plenária do Congresso;
- b) Grupos de Trabalho do Congresso;
- c) Comissão Organizadora do Congresso;
- d) Comissão de Sistematização.

CAPÍTULO VII - PLENÁRIA DO CONGRESSO

Art. 12º - A Plenária é o órgão máximo e soberano do Congresso e será composta pelos delegados credenciados, observadores e convidados, cabendo aos delegados a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, adendar ou suprimir, em parte ou na totalidade, as conclusões dos grupos de trabalho, observando-se a pauta, o Regimento Interno e a ordem do dia.

Art. 13º - Haverá sessões plenárias de:

- a) abertura e votação do Regimento Interno e debate sobre conjuntura;
- b) apresentação das teses; das contribuições, e votação da tese guia;
- c) discussão, votação dos temas e eleição Conselho Fiscal;
- d) Plenária Final, moções e encerramento do Congresso.

Art. 14º - As sessões plenárias serão dirigidas por uma mesa composta de 1 (um) coordenador, 1 (um) secretário e 2 (dois) relatores indicados.

§ único: A mesa convidará assessores auxiliares, caso julgar necessário para auxiliar nos trabalhos.

Art. 15º - 1) A plenária de abertura destinar-se-á a:

- a) Saudação aos delegados;
- b) Apreciações de delegados irregulares;
- c) Aprovação do regimento interno do Congresso;
- d) Debate com convidados sobre conjuntura, indicados pelos proponentes das teses.

2) A segunda sessão plenária destinar-se-á à exposição das teses dentro da seguinte metodologia:

- a) serão apresentadas todas as teses inscritas ao Congresso; sendo que para apresentação cada tese terá 15 minutos e para defesa, 7 minutos;
- b) 5 minutos de apresentação para cada contribuição previamente inscrita;
- c) após as apresentações das Teses e contribuições, haverá votação e aprovação da Tese Guia.

3) A terceira sessão plenária destinar-se-á ao debate, apresentações e votações das emendas (adendos, supressão e substituição), eleição do Conselho Fiscal previstos na pauta do Congresso.

4) A quarta sessão plenária destinar-se-á às moções e encerramento do Congresso, sendo que as moções poderão referir-se a quaisquer problemas do interesse geral dos trabalhadores da Unicamp, do Brasil e do mundo.

Art. 16º - As sessões plenárias deliberarão sobre toda a pauta do Congresso, respeitando-se a seguinte metodologia:

a) serão discutidas e votadas as propostas provenientes dos grupos, desde que aprovadas por 10% dos votos dos presentes em cada grupo no momento da votação, estabelecido um mínimo de 02 (dois) votos;

b) discussão nos grupos: Todos os grupos debaterão um dos temas propostos e as alterações estatutárias. Vencido este tema, os grupos poderão escolher outros temas da pauta do Congresso para apreciação.

§ único: As propostas que forem apresentadas e não discutidas em grupos poderão ser encaminhadas pelos delegados à Plenária do congresso.

c) para cada intervenção será reservado o tempo de 03 (três) minutos, com a mesa avisando o orador ao término do segundo minuto e ao final do tempo;

d) a votação das emendas apresentadas pelos grupos sobre o tema em questão deverão ter sido entregues à comissão de emendas por escrito nos devidos formulários, podendo qualquer delegado defender e votar propostas divergentes.

e) para cada emenda será aberta uma defesa de 03 (três) minutos. Consultada a plenária, poder-se-á, extraordinariamente, permitir uma nova defesa para cada posição, seguida de votação.

f) Será garantida a ordem de defesa das propostas, nos

seguintes termos:

1. Propostas de alteração serão apresentadas e defendidas primeiro;
2. Quando ocorrerem duas propostas sobre o mesmo ponto, a mesa definirá a ordem por sorteio.

g) quando o delegado quiser fazer declaração de abstenção de voto, deverá entregar o crachá na mesa, durante a votação. Será dado o limite de 01 (um) minuto para até 03 (três) declarações.

§ **único** - As sessões plenárias deverão discutir os temas votando as resoluções para a elaboração dos anais do Congresso.

CAPÍTULO VIII - DOS GRUPOS DE TRABALHO NO CONGRESSO

Art. 17º - Os grupos de trabalho serão iniciados e formados pelos delegados, observadores e convidados devidamente credenciados.

§ **1º** - Os delegados de cada unidade serão distribuídos proporcionalmente pela coordenação do Congresso nos grupos de trabalho.

§ **2º** - As teses deverão indicar fora do sorteio 01 (um) delegado para ser componente de cada grupo.

§ **3º** - Os delegados e observadores somente participarão do grupo ao qual pertencem.

§ **4º** - Só terão direito a voz e voto os delegados credenciados.

Art. 18º - Aos grupos de trabalho compete discutir e decidir, indicativamente, sobre matérias constantes da pauta, de acordo com o cronograma e metodologia definidos por este Regimento.

Art. 19º - Haverá uma única sessão dos grupos de trabalho, onde será feito o debate das teses e temas de interesse dos trabalhadores da Unicamp.

§ **1º** - A leitura das teses nos grupos será optativa.

§ **2º** - A sessão dos grupos de trabalho será instalada por um membro da diretoria do STU ou membro designado pela Comissão Organizadora do Congresso.

Art. 20º - Cada grupo de trabalho deve eleger uma mesa coordenadora dos trabalhos contendo coordenador, secretário e relator.

Parágrafo único - A Comissão Organizadora do Congresso poderá indicar para dar suporte para os grupos uma pessoa que funcionará como relator auxiliar.

Art. 21º - Após o trabalho de grupo, os relatores se reunirão para unificar os relatórios, juntamente com a Comissão de Sistematização.

§ **único**: Respeitando a ordem de tema estabelecido por grupo de trabalho, os delegados poderão intervir sobre qualquer tema da pauta do Congresso, respeitando-se três minutos por intervenção. Caberá ao coordenador do grupo garantir a palavra a todos e encaminhar defesas e votação de posições divergentes.

Art. 22º - A coordenação do Congresso definirá temas co-

muns para discussão dos grupos de trabalho.

CAPÍTULO IX - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 23º - Os trabalhos apresentados no Congresso obedecerão à seguinte classificação:

a) Teses: devem tratar dos itens que constam da pauta do congresso;

b) Moções: podem referir-se a quaisquer problemas do interesse geral dos trabalhadores da Unicamp, do Brasil e do mundo.

c) Adendos e contribuições: podem referir-se a qualquer tema.

§ **1º** - Não serão aceitas teses individuais ou fora dos critérios acima. As teses devem vir assinadas por no mínimo 03 (três) proponentes.

§ **2º** - As teses deverão ser entregues até o dia 23/10/2015 às 17h, diagramadas em Word e gravadas em CD. Serão divulgadas no caderno de teses, por ordem de sorteio estabelecido pela Comissão Organizadora, entregues ao Departamento de Imprensa do Sindicato, com 35.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).

§ **3º** - Adendos e contribuições deverão ser entregues até o dia 23/10/2015, às 17h, garantindo desta forma a reprodução através do sindicato, com 10.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).

Art. 24º - As moções, para que possam ser submetidas à plenária de encerramento do Congresso, devem ser apreciadas por qualquer um dos grupos de trabalho, obtendo no mínimo 20% (vinte por cento) dos votos, estabelecido um mínimo de dois votos.

§ **único** - Terminado o prazo de entrega das teses, a Imprensa do STU disponibilizará cada uma delas para os representantes de proponentes.

CAPÍTULO X - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 25º - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a 01 (um) voto.

§ **1º** - As votações nos grupos e nas plenárias serão feitas levantando-se os cartões de votação.

§ **2º** - Em caso de dúvida, os votos serão contados individualmente por um representante de cada posição de defesa.

§ **3º** - Não serão permitidos votos por procuração.

§ **4º** - Poderão votar todos os trabalhadores da Unicamp, ativos e aposentados (incluindo-se os contratados pela FUN-CAMP, os terceirizados, os estagiários e os patrulheiros), desde que credenciados para tal.

Art. 26º - As deliberações nos grupos e nas plenárias serão tomadas por maioria simples.

Art. 27º - Nos grupos e nas plenárias somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e da ordem do dia.

Art. 28º - Todo delegado que desejar intervir nos grupos e nas plenárias deverá se inscrever previamente junto à mesa e o fará segundo a ordem de inscrição.

§ **único** - Será vedada a cessão de tempo de um delegado a outro, exceto na apresentação e defesa das teses, onde cada uma deve definir a forma de intervenção, respeitado o tempo

e a forma de intervenção.

Art. 29º - Os trabalhos que antecederão o Congresso funcionarão dentro da seguinte programação, sendo adequada à data real do Congresso:

- Dia 14/09/2015: Encerramento do prazo de entrega dos resumos de tese, com 10.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados);
- Dia 22/09/2015: Início das eleições de delegados nas unidades;
- Dia 23/10/2015, às 17h: Encerramento da entrega das Teses, diagramadas em Word e gravadas em CD, com 35.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).
- Dia 23/10/2015, às 17h: Encerramento do prazo de entrega dos adendos e contribuições, com 10.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).
- Dia 09/11/2015: Prazo final para realização das assembleias gerais de eleição de delegados. Serão realizadas 02 (duas) assembleias, sendo uma geral e outra de aposentados.

§1º - As teses apresentadas após o prazo acima não serão confeccionadas pela Imprensa do STU.

§ 2º - A programação do Congresso dos Trabalhadores da Unicamp será a seguinte:

Dia 12/11/15 (Quinta-feira)	Dia 13/11/15 (Sexta-feira)	Dia 14/11/15 (Domingo)
<p>12h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Credenciamento e aprovação da mesa diretora; • Plenária de abertura; • Saudações aos delegados; apreciações de delegações irregulares; aprovação do regimento interno, debate com convidados. <p>16h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e defesa das teses; • Apresentação e defesa das contribuições; • Votação da tese guia. <p>18h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confraternização 	<p>9h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupos de trabalho. <p>12h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Almoço <p>14h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento do credenciamento; • Início da plenária final. 	<p>9h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plenária final - Continuação; • Encerramento. <p>14h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Debate Lançamento da Semana da Consciência Negra

OBS: Em respeito à democratização das discussões do Congresso, deve-se garantir o período de no mínimo duas horas para o trabalho de grupos, independente do cumprimento dos horários previstos no presente parágrafo. Em caso de atrasos na programação, a mesma deve ser adequada a este princípio aqui explicitado.

CAPÍTULO I - DAS UNIDADES

Artigo 1º - As unidades onde ocorrerão eleições serão definidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Unidades de Ensino e Pesquisa;
- b) Estrutura administrativa própria que abarque no mínimo 10 (dez) trabalhadores;
- c) Setores caracterizados como unidades específicas, que tenham menos de 10 (dez) trabalhadores, serão agrupados de

acordo com a proximidade geográfica e/ou afinidade de trabalho e/ou tradição.

CAPÍTULO II - DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Artigo 2º - Os delegados serão eleitos na proporção da tabela do artigo 9º e mais 1 (um) para cada 10 (dez) trabalhadores presentes às assembleias setoriais. No caso da assembleia final o critério usado para tirar delegados é definido de acordo com o número de funcionários presentes à assembleia, sendo 1(um) delegado a cada 10 (dez) pessoas presentes.

Artigo 3º - Não será permitida a eleição de pessoas ausentes às assembleias como delegados ao Congresso.

Artigo 4º - Será garantida a proporcionalidade de acordo com a votação de cada tese.

Artigo 5º - É recomendável que os delegados se elejam a partir das teses ou das posições que defendem. Ficando garantida a participação dos delegados que não participam das teses e que não defendem posições.

Artigo 6º - As assembleias setoriais previamente divulgadas nos meios de comunicação do STU e/ou aos representantes das teses, só terão validade mediante acompanhamento de um representante indicado pela Comissão Organizadora. A Comissão deverá garantir a realização da reunião, com no mínimo a presença de duas teses. A tolerância para início da reunião será de dez minutos, após esse prazo a reunião acontecerá com o representante da tese que estiver presente.

Artigo 7º - As eleições para delegados nas unidades, contemplando todos os turnos de trabalho, preservada a organização por departamento na Área de Saúde, dar-se-ão de 22/09/2015 a 09/11/2015.

Artigo 8º - A assembleia final para a eleição dos delegados dar-se-á em 09/11/2015.

Artigo 9º - Os critérios adotados nas unidades para eleger os delegados a que tem direito segue abaixo:

Unidades nº Trabalhadores	Número Delegados
10 a 20	01
21 a 50	02
51 a 100	03
101 a 150	04
151 a 200	05
201 a 300	06
301 a 500	07
501 a 700	08
701 a 1.000	09
1.001 a 1.500	10
1.501 a 2.000	11

§ 1º - Os trabalhadores que não se elegerem na assembleia de sua unidade, poderão se eleger na Assembleia Final, de acordo com o artigo 2º.

§ 2º - Os delegados suplentes substituirão somente os delegados titulares ausentes de sua unidade.

§ 3º - Os delegados suplentes da Assembleia Final substituirão somente os delegados titulares de sua respectiva tese.

§ 4º - A composição da delegação pela assembleia setorial será arredondada para cima quando a fração for igual ou superior a 0,5.

Tese 1

TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA A CATEGORIA - CUT

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Num mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões e com previsão de aumentar segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o imperialismo busca via guerras aos povos e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores impor sua política de pilhagem e de segregação.

No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que restringem os gastos públicos em políticas sociais e o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, e impõem a retirada de direitos e a precarização do trabalho.

Neste cenário, a luta de classes intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos, demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa de seus interesses. Para a classe trabalhadora, esse é um momento crucial.

Não é segredo para ninguém que, sempre que pode, usando o surrado pretexto de “promover a liberdade e a democracia” e promovendo amplas campanhas de propaganda regadas a dinheiro farto, o imperialismo dos EUA desestabiliza e derruba governos quando os vê como estorvo aos interesses de suas multinacionais, como aconteceu em Honduras e no Paraguai.

No Brasil, as manifestações de rua organizadas pelos setores da sociedade que não aceitaram os resultados do segundo turno das eleições presidenciais contaram com a participação ativa de entidades cujos dirigentes foram treinados e receberam recursos financeiros de organizações norte-americanas.

CONJUNTURA NACIONAL

O atual cenário econômico e político no Brasil, muito adverso para a classe trabalhadora, contém desafios cuja natureza e complexidade exigirão o fortalecimento da luta sindical em 2015 e para além do congresso nos próximos anos, um posicionamento firme e uma estratégia de alianças e de acumulação de forças para resistir à política de ajuste que transfere para os/as trabalhadores o ônus da crise econômica com a retirada de direitos (MPs 664 e 665) e o desemprego; para resistir e derrotar, com igual ímpeto, a ofensiva dos empresários no Congresso visando a precarização das relações do trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos (PLC 30/15 da terceirização); para enfrentar, com igual veemência, a ofensiva da direita para desestabilizar a ordem democrática e, ao mesmo tempo, para exigir as mudanças necessárias ao fortalecimento da própria democracia brasileira, como a reforma política, a democratização dos meios de comunicação e a reforma agrária, além da continuidade do projeto de desenvolvimento que promova o crescimento, fortaleça a educação, diminua as desigualdades, amplie a inclusão social.

DEFESA DO TRABALHO E DOS DIREITOS

A luta contra a aprovação no Congresso das MPs 664 e 665 e do PL 4330 levou o Movimento Sindical a desenvolver uma das mais intensas campanhas de mobilização de suas bases dos últimos anos em defesa dos direitos ameaçados da classe trabalhadora, envolvendo paralisações no local de trabalho, manifestações de rua e atos públicos nas capitais dos estados e cidades do interior, pressão sobre os parlamentares nos estados de origem, nos aeroportos e dentro do próprio Congresso.

Para entendermos a conjuntura turbu-

lenta que vivemos, é importante analisar a recomposição do setor conservador nos últimos anos, particularmente no Congresso, palco decisivo da luta pelos direitos.

A maioria conservadora no Congresso Nacional já mostrou a que está disposta, aprovando o projeto de redução da Maioridade Penal, que degrada a relação do Estado com a juventude; a “PEC da Bengala” que eleva para 75 anos a idade em que os juízes devem se aposentar, impedido a renovação do Supremo durante o segundo mandato de Dilma; e criando uma relação de cumplicidade entre os poderes judiciário e legislativo.

O STU deverá dar continuidade à luta contra a aprovação o PLC 30/15 (antigo PL 4330) no Senado, exigindo que sejam contempladas na sua regulação questões fundamentais: a proibição da terceirização na atividade fim, o reconhecimento da responsabilidade solidária entre a empresa contratante e a contratada, e o reconhecimento da representação sindical pela categoria preponderante.

CONJUNTURA ESTADUAL

Se fosse um país, São Paulo estaria entre as 20 maiores economias do mundo. No entanto, essa riqueza não tem sido sinônimo de qualidade de vida, tampouco de soluções efetivas para os graves problemas que assolam o Estado, que hoje sofre as consequências de décadas de governos não comprometidos com os interesses da maioria da população.

Nos anos 90, com a ascensão do PSDB, se consolida o modelo de governos de corte neoliberal no campo econômico e social e, no campo político, administrações marcadas pelo autoritarismo e pelo enfrentamento aos movimentos sociais e às reivindicações trabalhistas, buscando sempre derrotá-los, nunca optando pelo diálogo e negociação.

Apesar de ser o Estado mais popu-

loso, rico e dinâmico do Brasil, a qualidade de vida de sua população não vai bem, contribuindo para esse quadro tanto a falta de políticas de desenvolvimento econômico como a ausência de políticas sociais e ações afirmativas, inclusive dificultando que programas sociais federais de grande impacto viessem que para o estado, sendo o “Minha Casa, Minha Vida” o exemplo mais gritante.

O GOVERNO ALCKMIN

A crise de abastecimento e de racionamento de água afeta principalmente as regiões mais vulneráveis do Estado e as periferias das grandes cidades. O Metrô, que já foi padrão de excelência em serviços na capital paulista, tem sido palco para toda sorte de problemas e escândalos, tendo sua necessária expansão travada. O aumento da criminalidade organizada espalha insegurança nos grandes e pequenos municípios. A aprovação automática sem critério faz com que milhões de crianças e jovens deixem a escola sem aprender. Além de um quadro alarmante no ensino médio e a crise sem precedentes que vivem hoje as universidades públicas estaduais paulistas.

Ao analisar algumas áreas veremos claramente:

1. Na saúde, São Paulo não participa de maneira adequada do Sistema Único de Saúde (SUS) e se recusa a participar de programas importantes do governo federal, como o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência);

2. Na educação, além dos índices pífios atingidos pelo sistema estadual, o governo fechou mais de 3.000 salas de aula e se recusou ao diálogo com o magistério. Tratando a greve dos professores/as como se não existisse e buscando desmoralizar o sindicato e a categoria;

3. A crise da falta de água, retardada pelas chuvas, voltará, pois a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) fez clara opção por ser empresa de mercado, privilegiando os ganhos dos acionistas, em detrimento da solução, de investimentos e de uma atuação voltada para a população.

4. A relação com os movimentos sociais e com os sindicatos é frequentemente estabelecida na base do “tiro, porrada e bomba”. Esse modelo, típico do

neoliberalismo foi praticado na recente greve heróica da educação: o governo recusou o diálogo, buscando sempre a criminalização do movimento e de suas lideranças, numa clara perspectiva de desmoralizar o sindicato e a categoria.

UNIVERSIDADE

A Gestão Tadeu/Alvaro tem buscado cumprir o programa de gestão. Infelizmente a conjuntura nacional e estadual tem sido adversa, com redução do ICMS e incertezas em relação à economia.

O STU acertou em negociar na Data-base um acordo que dá possibilidade de um reajuste real dos salários em 2015, mesmo com toda a adversidade do cenário econômico.

Uma avaliação mais precisa será apresentada durante a mobilização para o XIII Congresso do STU.

ESTRUTURA SINDICAL

A nossa tese defende a reafiliação do STU à Central Única dos Trabalhadores – CUT, como a Central mais combativa e plural na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Defendemos manutenção da proporcionalidade na eleição sindical do STU, bem como paridade de gênero na direção.

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DO STU

Alteração do Artigo 20º § 1º - “As Assembleias Ordinárias serão para tratar de assuntos referentes a: finanças, patrimônio, julgamento de atos de diretores, membros do CR e filiados, aprovação de edital de convocações de eleições e registros; delas só poderão participar com direito a voz e voto os associados que tenham 3 (três) meses de filiação e que estejam em dia com as suas obrigações sindicais”.

Alteração do Artigo 36º - “A Diretoria, órgão executivo do Sindicato, será composta por 22 (vinte e dois) membros, de forma proporcional direta e qualificada entre as chapas inscritas e dividida em Coordenações, sendo eleita pelo voto direto e secreto de seus associados em dia com as obrigações estatutárias”.

Alteração do Artigo 37º - § 4º - “Os vinte e dois diretores eleitos ocuparão as coordenações acima mencionadas, sendo

possível a sua acumulação.”

Alteração do Artigo 48º § 2º - “A composição das chapas deverá ter paridade de gênero (50% homens e 50% mulheres)”.

PLANO DE LUTAS

1. Lutar pelo cumprimento da proposta de Isonomia da Gestão Tadeu/Alvaro.

2. Fortalecer o Fórum das Seis e o Conselho de Representantes do STU.

3. Não à Terceirização, não aprovação do PLC 30/15 (PL4330).

4. Fim do Assédio Moral nos Campi da Unicamp.

5. Pela implementação das cotas raciais e sociais nos vestibulares da Unicamp.

6. Fim da violência policial contra a juventude negra e da periferia.

7. O STU deverá promover um evento festivo de final de ano para todos os seus associados e familiares (gratuito).

8. Pela implementação do “nome social” na Unicamp para docentes, funcionários, estudantes e pacientes, como uma efetiva medida para ampliar a cidadania da população LGBT na Universidade.

9. Pela implementação do quesito raça/cor na área de saúde da Unicamp.

NÃO AO GOLPE E VIVA A DEMOCRACIA !!!

Assinam a presente tese:

Francisco Genézio Lima de Mesquita – IA – Diretor STU/Fasubra

Roberto Carlos de Souza (Fubá) - GGBS - Diretor STU

Conceição Aparecida da Silva - IB - Diretor STU

José Carlos de Lara - Prefeitura/Vigilância - Diretor STU

Aparecida do Carmo Miranda Campos (TIDA) - Hospital Dia

Roseli Aparecida Vicente (DLIE - Eng. Básica)

Celso Ribeiro de Almeida - CAC/PREAC

Robson José de Almeida - CIS/Guanabara

Ronaldo Luis de Almeida - CIS/Guanabara

Ana Maira de Souza - HC/Portaria

Tese 2

UNIDADE E LUTA! CONSTRUINDO O VAMOS À LUTA NACIONAL!

UNIFICAR AS LUTAS PARA ENFRENTAR A CRISE ECONÔMICA E OS ATAQUES AOS TRABALHADORES

As transformações no mundo, tanto econômicas, como sociais e culturais, não trouxeram soluções aos problemas do povo, ao contrário retiraram direitos, oprimiram, trouxeram guerra, pobreza e misérias. Isto nos faz refletir sobre o modelo capitalista em que vivemos.

No XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp convidamos todos @s companheir@s a conhecer a tese do coletivo UNIDADE E LUTA e a refletir conosco, buscando juntos ações e proposições que tragam respostas aos ataques dos governos e reitores de plantão, construindo um novo sistema social.

A UNICAMP E SUAS TRANSFORMAÇÕES: POR FORA BELA VIOLA, POR DENTRO...

A Unicamp aproxima-se de seus 50 anos e vive um momento contraditório. Por um lado é reconhecida como uma das melhores universidades da América Latina, por outro em sua estrutura interna privilegia um segmento da comunidade, os docentes, ignorando os estudantes e rifando os técnicos administrativos.

A reitoria de Tadeu, que na última consulta se elegeu em um marco histórico de votação dos servidores técnicos, mergulha em um período em que tem de apresentar respostas efetivas ao setor que o elegeu. No período em que completa dois anos de mandato, e passada a euforia daqueles que o apoiaram, Tadeu não consegue atender as principais propostas escritas em seu programa de gestão. Algumas delas são: isonomia, carro chefe de seu programa, sofreu mudanças extrapolando os dois anos defendidos durante a campanha e os avanços

que ocorreram foram fruto da greve; a mudança de regime está aguardando a decisão judicial, expondo os trabalhadores que optaram pela alteração a prejuízos e insegurança; e o sistema educativo aguarda a certificação prometida para o primeiro ano da gestão e as mudanças estruturais no PPP.

Como se não bastasse tudo isso, as denúncias dos supersalários vieram finalmente a tona, mostrando que existem desigualdades gritantes nos salários do conjunto de trabalhadores da universidade (ver <https://unidadeeluta.wordpress.com/>). Isto mostra que não basta eleger o candidato “menos pior”, pois nenhuma conquista virá sem organização e luta! Tadeu repete a política de seus antecessores, que é evitar a “fuga dos cérebros” (ler jornal da Unicamp) e garantir o privilégio dos docentes, mas ignorar a rotatividade dos técnicos e o avanço da terceirização. Para que de fato tenhamos mudanças na Universidade, temos que organizar a luta radical pela democracia na Unicamp (trabalhadores com peso igual no voto para consulta de reitor, paridade; representatividade de igual peso nos fóruns decisórios da universidade, como o CONSU, e direito de votar e ser votado para Direção de Unidades, Pró-Reitorias e reitor). É fundamental, a organização e unidade dos trabalhadores, e um STU que represente de fato a sua categoria num projeto que dispute de verdade o modelo de universidade, com os trabalhadores e para os trabalhadores dentro e fora da Unicamp!
UNIDADE E LUTA!

O SINDICATO COMO UMA FERRAMENTA DE LUTA!

O STU tem de ser uma frente dos trabalhadores que busque resolver os problemas da categoria sem perder de vista a luta mais ampla. Mantendo in-

dependência frente ao reitor, autonomia dos partidos e tendo um diálogo permanente com a sua base. Defendemos que a proporcionalidade é um modelo a ser mantido, pois não se mede a sua eficácia com um ano de gestão.

STU E A PROPORCIONALIDADE – UM BREVE BALANÇO

A proporcionalidade já foi experimentada outras vezes no STU com muito sucesso, por isso a categoria avaliou que deveria por fim ao sistema majoritário, onde só um grupo dirige o sindicato.

Nessa nova experiência, a proporcionalidade aumentou a dinâmica do STU, mas também as limitações das correntes em dialogar entre si e com a categoria, construindo pautas mais unitárias. Frentes como assédio moral, educação infantil e terceirização subiram para um patamar mais sólido de construção junto à categoria, onde diversas correntes passaram a se inserir nos debates e disputar os espaços que essas pautas abriram. Mas o benefício da proporcionalidade não foi só visto nas pautas tidas como setoriais, a campanha salarial e demais lutas gerais da entidade passaram a ser tratadas com maior horizontalidade junto à categoria, que se tornou sujeito mais ativo e mais importante nas campanhas. Porém a atual dinâmica de alguns setores de não disputar a direção em suas instâncias, apostando no simples desgaste do modelo proporcional e da entidade, força um cenário de guerra política frente aos trabalhadores. Sem nenhuma mediação política das divergências e sem intenção de realmente assumir responsabilidades de direção, essa proposta acaba por colocar a própria entidade em descrença, fragilizando a categoria e seu potencial de luta. O boicote sistemático à entidade, se não for superado enquanto método, pode jogar por terra as potencialidades

da proporcionalidade, mas pior que isso, joga toda a entidade e a luta da categoria na vala comum dos sindicatos burocratizados e descolados da base.

Hoje o nosso maior desafio, enquanto entidade, é resgatá-la como representação da categoria. A categoria precisa saber que o que foi decidido coletivamente será executado, nem que para isso seja necessário que as correntes minoritárias passem a atuar mais com um papel de fiscalização. Sem essa confiança, por hora perdida, a categoria não sente nenhuma vontade de disputar e participar dos espaços da entidade, condenando o trabalho ao aparelhismo de quem a dirigir.

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

A crise econômica no mundo tem efeitos catastróficos sobre o povo. A desaceleração chinesa, os conflitos no oriente médio e na África, e a dificuldade de crescimento na Europa geram instabilidade mundial. Mesmo a pequena recuperação dos EUA não é capaz de impulsionar um novo ciclo de crescimento econômico mundial. Isto leva a tensões crescentes e a resposta dos governos é o receituário já conhecido: intervenções militares e promoção de ataques duros a direitos sociais e democráticos, com impacto sobre a economia, gerando ciclos migratórios para a Europa.

Neste contexto, a ofensiva militar imperialista ganha destaque, como as intervenções na primavera árabe para controlar os processos insurrecionais e assegurar o controle sobre os recursos nacionais, e a exigência de duríssimos planos de austeridade; em alguns países da Europa, e em especial na Grécia, a redução de salários, a supressão de empregos e cortes de pensões; além da barbárie com as mortes dos refugiados em alto mar, impedindo-os de chegar aos países mais ricos da Europa! É hora de pautarmos novamente o socialismo como modelo de superação das mazelas do povo.

O BRASIL NO OLHO DO FURACÃO

O segundo mandato do governo Dilma, já quase paralisado, traz a marca da ausência da condução política e da corrupção. É a combinação entre uma base

política fisiológica e as podres regras do jogo político-institucional, baseado em trocas de emendas, cargos e recursos públicos descaradamente privatizados.

Mas o perfil político do Governo é definido para além das privatizações de aeroportos, dos campos de petróleo, dos ataques duros à saúde pública, do caminho aberto para a privatização dos hospitais universitários a partir da EB-SERH/Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; ou nos embates contra os movimentos sociais, que são criminalizados por fazerem greve.

O governo do PT entrega o comando da Nação ao grande capital, aos banqueiros internacionais. Não por acaso, a equipe forma-se a partir dos quadros que integrariam o governo de Aécio, caso o mesmo fosse eleito. A economia entregue a Levy, um voraz crítico do que restou do sistema de proteção trabalhista, o que traz enorme satisfação aos agiotas internacionais. A agricultura para Kátia Abreu, a Indústria para Armando Monteiro (FIEPE), as cidades para Kassab, e até a Educação, tida no discurso como prioridade, foi para a barganha, com Cid Gomes, (substituído por Janine) que assumirá os recursos do pré-sal. Estas foram às primeiras medidas impopulares de Dilma.

O segundo mandato de Dilma já nasce em débito, seja pela falta de investimentos em obras públicas, e que agora trazem a iminência da crise hídrica e energética de forma generalizada, ou pelo aumento de impostos em diversas áreas, para cobrir os rombos da Petrobras e do superávit necessário para alegrar os especuladores. Esse não é um governo progressista que desenvolve um projeto nacional para atender os interesses da maioria da população e combater a desigualdade social. Trata-se do seu oposto! Sob o comando do PT/PMDB, o projeto para o Brasil nesta década é o aprofundamento de um Estado indutor para os grandes negócios do capital, em particular como produtor e fornecedor de ponta de commodities, e, com este objetivo, ser hegemônico para estes negócios também no continente; de outro lado, um Estado cada vez mais próximo do mínimo - que retira os direitos sociais, ambientais, humanos, trabalhistas

e democráticos.

Dilma segue repassando serviços para a iniciativa privada, financiada pelo dinheiro público na saúde e na educação, e reduzindo ao máximo o tamanho do aparelho do Estado. A terceirização e a gestão por resultados são a marca desse período, reduzindo os direitos trabalhistas. Mesmo com todo o malabarismo político o governo não controla a crise econômica, que cresce a cada dia, muito menos diminui as disputas rasteiras na Câmara e no Senado. A crise do Palácio ocupa espaços nas ruas conduzidos por setores conservadores do país. Neste marco, trabalhadores de diversas categorias que têm seus direitos retirados devido às medidas do governo resistem com greves! Enfrentar as políticas do governo é necessário, porém não podemos cair na teia dos que querem transformar a luta histórica dos trabalhadores em disputa para trazer de volta ao Planalto aqueles que sempre usurparam as riquezas do Brasil.

ASSINAM A PRESENTE TESE:

Os Diretores do STU Marina Rebelo (AEL), Osvaldo (RU) e Sandra Ramos (CDC);
Trabalhadores da Base: Maria Edith (CAISM); Toninho Alves (PRG - FASUBRA); Josué (IA); Ana Paula (IA); Evandro (IA);
Henrique (DGA-Gráfica), Danilo Negretti (CDC); Teresinha (CDC);
Pinheiro (aposentado); Dayse (aposentada); Odete (aposentada) Rose (IQ);
Antônio Carlos (RU); Mike (FE); Klélia (IB); Bianca (IB); Fernanda (BC); Rose (BC); Rosana Aranha (CECI); Tati (CECI); Marli (CAS); Civaldo (HC); Jamilson (FCM); Valeria (IEL); Roberta (IEL); Renata (IEL); Dorinha (FOP); Antônio Carlos (Limeira) Thiago (FEM); Santão (IFCH); Orlando (CPQBA); Gilberto (DGA); Antônio Augusto Ferreira (CMU); Nuri (CDC); Mario Jorge (Aposentado); Gonzaga (FEF), Vivien (IB).

Demais companheiros estarão presentes na tese.

Tese 3

VAMOS À LUTA!

Enquanto promove extrema riqueza para um pequeno número de agentes transnacionais, o mundo dos negócios, em todo o planeta, e como em todas as épocas do capitalismo, exige mais e mais exploração dos trabalhadores. Em épocas de crise, o projeto dos poderosos se foca na piora das condições de trabalho, na redução dos direitos sociais e na repressão aos movimentos sociais, que conseqüentemente protestam. Os explorados de todo o mundo, mais uma vez, indignam-se frente à falta de perspectivas deste sistema excludente e começam a rechaçar, inclusive nas urnas, este projeto político, que já se mostrou incapaz de atender as demandas básicas do povo. A primavera árabe, as greves gerais na Europa, as ocupações nos Estados Unidos, as jornadas de junho de 2013 no Brasil, e outros movimentos das massas, dão provas de que os capitalistas estão sendo questionados. E enquanto eles se movimentam para manterem-se senhores, os trabalhadores e o povo pobre, mais uma vez, se confrontam com o desafio de construir uma nova ordem que consiga dividir a grande riqueza, que todos os dias produzimos com nosso trabalho.

Os 12 anos de governos petistas no Brasil utilizaram da esperança e confiança dos trabalhadores para dar uma nova roupagem ao projeto capitalista no nosso país, oferecendo ao povo não mais que mitos e migalhas em troca de uma estabilidade política que esfriou as lutas sociais, que na década de 80 aqueciam a conjuntura. Junho de 2013 foi um rompimento que veio inaugurar um novo momento em que as lutas sociais não mais podem ser contidas pelo partido do governo, reacendendo a indignação popular com sua situação, reanimando o processo pedagógico das lutas e dando novas esperanças de reais mudanças aos trabalhadores da Unicamp e fora dela. Domesticado pelas alianças políticas conservadoras que construiu, o partido dito dos trabalhado-

res não consegue apresentar nada além da velha política de exploração em favor dos poderosos e contra o Brasil. Neste momento, a polarização entre tucanos e petistas desmancha no ar e cria oportunidade para levantarmos as velhas bandeiras que os governistas esqueceram no fundo do baú como a melhoria do salário mínimo (que na Unicamp tem sua melhor expressão na luta pela isonomia dos pisos salariais com a USP), melhores condições de trabalho (que na Unicamp se expressa na luta pelo aumento do quadro funcional, pelos direitos dos trabalhadores FUNCAMP, terceirizados e no combate às terceirizações) e o intransigente combate ao racismo, machismo, homofobia e todas as formas de opressão.

O nosso XIII Congresso deve tratar de sintonizar o STU com este momento da luta de classes e do Brasil. O movimento sindical da Unicamp hoje se encontra hegemonizado por um arco de alianças que, nestes últimos anos, deu sustentação e legitimidade para o governo petista e para o programa político do governo tucano. Inclusive apoiando a campanha do atual reitor na consulta em 2013. Frente aos nossos reais desafios, nosso sindicato é incapaz de apresentar uma linha política clara e se apequena diante da indignação da categoria e da necessidade que temos de conduzir os enfrentamentos necessários. A imobilidade do sindicato nas campanhas salariais 2013, 2014 e 2015 e diante do descaso do reitor com nossas demandas, mesmo naquelas que compuseram seu programa de gestão, são provas suficientes disso.

Na nossa avaliação, a principal causa desta incapacidade do STU de apresentar uma linha política clara tem a ver com a forma de composição da diretoria. A atual proporcionalidade entre todas as chapas que concorrem à eleição sindical, ao final das contas, favorece a troca de favores e a burocratização das forças que não têm política e entrega o contro-

le da entidade na mão daqueles que não podem apresentar claramente sua política, uma vez que ela já é evidentemente impopular. Neste cenário, o Vamos à Luta, único coletivo realmente disposto a enfrentar os governos e a reitoria Tadeu, tem o poder de decisão restrito por conta da aliança entre confusão política e governismo, enquanto a troca de cargos e favores da burocracia sindical os mantém unidos. O XIII congresso dos trabalhadores da Unicamp tem como principal tarefa a instauração de eleições majoritárias para o próximo pleito sindical. Isto politiza a disputa, forçando os grupos a assumirem com mais clareza seus projetos e suas alianças, e permite que o sindicato encaminhe uma política de enfrentamento, se for este o projeto vitorioso, ou que uma oposição sindical denuncie o peleguismo da direção, se sair vitorioso o projeto da conciliação com a reitoria.

Tese 4

BASE DE LUTA

CONJUNTURA NÓS NÃO VAMOS PAGAR PELA CRISE

O modelo neoliberal instituído mundialmente nos anos 80 tem se mostrado, de forma mais evidente desde 2008 com a eclosão da crise financeira, não ser uma boa alternativa a seguir. Desde então, a economia mundial ficou mais instável e vulnerável a crises. As desigualdades entre países e classes têm aumentado e a concentração de renda e riqueza tem se aprofundado: em breve os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão tudo o que os demais 99% possuem.

A Grande Recessão de 2008 desestabilizou a economia mundial, causou grandes perdas, privações e retirou direitos dos trabalhadores no mundo todo. Direitos que foram conquistados através de muitas lutas em décadas passadas e que agora são fragilizados, e até infringidos, a favor da manutenção desse sistema que, como vimos, só continua beneficiando os já historicamente beneficiados: os banqueiros e os patrões. Na Europa, especialmente na Grécia, Espanha e Portugal, a Troika (FMI, BCE e Comissão Europeia) tem imposto planos de ajuste que, além da retirada de direitos, tem causado aumento do desemprego e do número de pessoas ameaçadas de pobreza e exclusão social e em situação de privação material severa.

No Brasil a situação é muito semelhante. Com o discurso falacioso de responsabilidade orçamentária, o governo Dilma tenta jogar o peso da crise econômica nas costas dos trabalhadores, retirando direitos e aplicando cortes bilionários no orçamento, principalmente de programas sociais, enquanto continua a destinar 47% do Orçamento ao pagamento dos juros da dívida pública (R\$ 978 bilhões) - de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida - beneficiando as grandes corporações. Dessa forma, o governo se coloca ao lado dos banqueiros e corruptos, abandonando a

classe trabalhadora com Medidas Provisórias que arrancam nossos direitos, diminuem os empregos e aumentam a inflação.

Mas, assim como o povo grego, que tem se colocado nas ruas em repúdio às políticas adotadas, no Brasil temos presenciado o aumento das lutas dos trabalhadores que não aceitam pagar pela crise, como foi o caso dos metalúrgicos de São José dos Campos que, em uma greve vitoriosa, conseguiram pôr fim ao plano de demissões das montadoras automotivas. Assim também segue o funcionalismo público de todo o país - em especial os setores da educação que estão dando uma aula de luta - como foi o caso dos professores do Paraná e de São Paulo no início deste ano e, atualmente, as greves do funcionalismo federal e do RS.

Essa realidade sentida pela classe trabalhadora também nos atinge. Na Unicamp temos salários arrochados e dissídios menores que a inflação, ficamos sem reajuste nos benefícios, sentimos diariamente o peso da crise. A Reitoria, por sua vez, pratica salários para a alta cúpula da Universidade fora da realidade de um país em crise e, além de tudo, declarados ilegais pela Constituição de 1988.

Também estamos sofrendo com o excesso de trabalho e a ausência de perspectivas de ascensão na carreira devido à aplicação da GR-02 que impõe cortes e impede contratações de servidores técnico-administrativos.

Cansados dessa situação, realizamos uma greve com o objetivo de denunciar à sociedade a realidade da Universidade. Não podemos mais aceitar toda essa situação!

UNIVERSIDADE EM 2015 CAIU DE VEZ A MÁSCARA DE TADEU

Esse ano caiu a máscara do REitor. Com dinheiro em caixa, não cumpriu a promessa da isonomia, impôs contingenciamento para os funcionários e pro-

vou que não prioriza os funcionários da Unicamp.

A campanha salarial foi marcada pela desmobilização, pois a maioria da direção do STU não se jogou para construir essa luta e a categoria estava de "ressaca" pela longa e vitoriosa greve de 2014. A campanha salarial foi enterrada com uma mudança para pior nas nossas lutas: "isonomia já" afundou em "isonomia se" e o reajuste ficou condicionado à arrecadação de ICMS num cenário de crise econômica, desemprego, inflação alta e ajuste fiscal.

No 2º semestre, frente às denúncias de supersalários da cúpula dirigente da universidade, a categoria respondeu votando greve pelo corte imediato dos supersalários e dupla matrícula do alto escalão, para que esses recursos sejam revertidos na isonomia. Tadeu não atendeu a pauta da greve e intimidou os trabalhadores que lutam. Com isso, toda a tentativa da REitoria de manter uma imagem de gestão do diálogo caiu e se consolidou a prática de perseguição ao ativismo.

ESTRUTURA SINDICAL UMA TESE DA BASE PARA O CONGRESSO DO STU

Defendemos a independência e autonomia no sindicato que não pode ser atrelado a governos, reitorias ou partidos. Respeitamos a liberdade dos trabalhadores terem seus partidos, mas acreditamos que o movimento sindical deve seguir sendo orientado pela base dos trabalhadores.

Para isso, precisamos que as estruturas democráticas do STU aconteçam e o nosso sindicato deva ser instrumento permanente de debate político com a categoria. Foi nesse sentido que defendemos a posição na assembleia do STU de que nosso Sindicato não devia apoiar o ato de 16/08 que representava os movimentos pró Aécio (PSDB) e Eduardo Cunha (PMDB), nem ir às manifestações como ato no dia 20 que

defendeu o Governo Dilma (PT), que retira direitos dos trabalhadores.

Tanto as manifestações puxadas pela direita quanto as puxadas pelo governo vêm para atender às necessidades dos grandes empresários e retirar direitos dos trabalhadores. Em nosso país, a burguesia e o imperialismo estão unidos para garantir seus lucros. A disputa entre PSDB e PT é por quem vai aplicar o ajuste fiscal contra os trabalhadores. Por isso NÃO VAI TER GOLPE no Brasil. Nós precisamos construir nas lutas uma alternativa para a classe trabalhadora que enfrente os ataques que estão vindo, sejam eles de Dilma, Temer, Cunha, Aécio ou Alckmin.

POR UMA ESQUERDA PLURAL E UNIDA

O diagnóstico universal que escutamos por aí é que a direita sabe se unir, enquanto a esquerda se dispersa facilmente. A direita é capaz de se unir pragmaticamente em torno de um objetivo comum. Sendo assim, o que faltaria à esquerda é um certo ‘pacto de unidade’ capaz de conduzi-la na luta contra o inimigo comum, o capital e a burguesia.

Essa lamentação não dura mais de 100 anos a toa. Ela se repete e nunca se soluciona porque, em partes, está errada. Precisamos sim de uma esquerda mais unida, porém que não seja mais UMA ESQUERDA, e sim uma ESQUERDA MÚLTIPLA. A lógica centralizadora, como tem sido buscada pela esquerda brasileira até hoje, é justamente nosso pior defeito e a busca da unidade homogênea é exatamente nosso ponto fraco.

O que a direita sabe, ao contrário do que o conhecido jargão prega, é que precisa da unidade. A direita pode conviver com liberais e conservadores, simpatizantes dos direitos humanos e fascistas, tudo ao mesmo tempo. Ela não demanda a unidade, pura e crua. E é isso que a esquerda precisa aprender: A CONVIVER COM O MÚLTIPLO.

Devemos buscar incorporar às lutas sociais todos que o capitalismo descarta. Devemos reconhecer que existem variações possíveis em pauta e que

elas não precisam convergir em UM COLETIVO, UMA ESQUERDA. Para isso, precisamos deixar de eliminar possíveis alianças que poderiam consolidar um novo campo político capaz de realmente enfrentar nossos inimigos, contando com boa parte dos trabalhadores, que se veriam contemplados na multiplicidade para dar conta da tarefa.

Sendo assim, fazemos um chamado especial a todos os setores de esquerda, aos companheiros e companheiras independentes ou organizados em correntes combativas, para se somarem a uma tese conjunta, que fortaleça a luta da classe trabalhadora, passando por cima de bandeiras partidárias e diferenças táticas em prol de um sindicato mais representativo e agregador, capaz de ser combativo e de gerar conquistas efetivas à categoria. Que seja de fato independente da Reitoria e dos Governos, que lute contra a corrupção e o ajuste fiscal em defesa de melhores condições de vida para os trabalhadores. Os trabalhadores não podem pagar pela crise!

Queremos um sindicato de luta contra os que exploram os trabalhadores! Pela unificação da esquerda da Unicamp!

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO NO CONGRESSO DO STU: UNIFICAR A ESQUERDA PARA LUTAR

O STU deve impulsionar a luta da categoria com a unidade dos lutadores contra os ataques de Tadeu, Alckmin e Dilma e das correntes sindicais que os sustentam. A resposta para trazer o STU de volta às lutas não se resolve com mudanças estatutárias. O STU deve continuar proporcional e fazermos grandes lutas, com a unidade da esquerda para lutar!

COMBATE ÀS OPRESSÕES A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES É DIÁRIA

As opressões colocam os trabalhadores em situação de desvantagem. Negros e negras, mulheres, LGBTs têm os piores empregos e recebem os menores salários. Na Unicamp a terceirização atinge mulheres negras em condições precárias de trabalho. As opressões se disseminam porque são “naturaliza-

das”. Cotidianamente ouvimos piadas, gritos, ofensas e humilhações simplesmente porque somos negros, mulheres ou LGBT.

Reproduzir esse pensamento somente nos afasta da luta cotidiana e unitária. Interessa somente para nos enfraquecer essa divisão. Por isso, para nós o debate de opressões é fundamental. Mas sabemos que não tem como acabar com a opressão sem acabar com a exploração. E, por se tratar de um debate que nossa categoria tem acumulado, queremos sempre ressaltar a necessidade de se lutar diariamente contra as opressões.

Neste sentido, no Congresso queremos fazer um balanço duro de como nós fomos perdendo o debate de opressões e queremos resgatar o acúmulo, por isso reivindicamos que todas as resoluções do último Congresso sejam aplicadas para que voltemos a ter um sindicato que é pioneiro e referência no debate de opressões.

E neste ano onde temos vivenciado um aumento da imigração, precisamos compreender também que todos esses trabalhadores precisam ser respeitados no Brasil. Não podemos aceitar condições desiguais para os refugiados da Síria ou para os haitianos. Somos todos trabalhadores e precisamos nos unir!

Tese 5

TESE ALERTA UNICAMP COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES - CTB

Desde o nosso primeiro Congresso em 1991, que fundou o STU, lá se vão 24 anos. Vamos entrar no XIII Congresso do STU. Se algum estudioso quiser entender o Brasil e o mundo a partir da visão sindical brasileira, vai encontrar nos documentos e resoluções dos congressos do STU uma importante fonte de estudo. O ALERTA UNICAMP participou de todo esse processo e tem orgulho de ter contribuído com a elaboração política e as lutas dos trabalhadores da Unicamp.

O STU E A PROPORCIONALIDADE

O ALERTA UNICAMP retornou ao sindicato na última eleição. O XII Congresso aprovou o retorno da proporcionalidade no sindicato desta vez qualificada, exigindo um mínimo de 10% dos votos da categoria para chapa eleger diretores. A eleição do Sindicato se deu após dificuldades da gestão Vamos à Luta, que levou à antecipação da eleição do sindicato. Foi a primeira vez desde a fundação do STU que uma diretoria não conseguiu completar o mandato.

A atual gestão do sindicato tem tocado as lutas dos trabalhadores da Unicamp. No momento em que assumiu, já teve que encaminhar a greve de 112 dias em 2014, que impôs uma derrota ao CRUESP ao garantir a reposição da inflação. Encaminhou as demandas da campanha salarial desse ano, garantindo a negociação da referência para todos, caso se atinja R\$ 92,2 bi na arrecadação, com objetivo de avançar na isonomia. Tocou a greve de oito dias que tinha como objetivo denunciar os supersalários e a dupla matrícula, apontando para a prioridade da isonomia, mesmo tendo a maioria da diretoria, inclusive o ALERTA UNICAMP, discordância com o encaminhamento aprovado na

assembleia.

A atual gestão também repôs a rotina de reuniões ordinárias da diretoria como instrumento de organização da categoria e realizou todas as assembleias quando a conjuntura ou o estatuto do sindicato exigiu. O sindicato segue seu curso democrático e agora realizará o XIII Congresso.

Na condução da gestão a diretoria aprovou o retorno do escritório do Dr. Cremasco para tocar o jurídico do STU. O ALERTA UNICAMP considera que houve um prejuízo para categoria quando se trocou um jurídico que foi aprovado em assembleia. O atual jurídico tem feito vários encaminhamentos importantes, respondendo às demandas da categoria. Considera também equivocada o fim do Fundo Jurídico, criado na gestão Alerta, que possibilitava recursos para ser aplicado nas contratações de Peritos, sucumbências, etc. Vamos rerepresentar essa proposta no Congresso com vistas a retomar o Fundo Jurídico.

É preciso também considerar que o sindicato recuperou a capacidade de tocar projetos que tinham sido construídos na gestão do ALERTA UNICAMP. O atual Termo de Ajuste de Conduta sobre Assédio Moral é uma vitória da categoria. Estamos retomando outro acordo que trata das condições de trabalho e os projetos de construção da sede do STU.

Essas são questões que mostram acertos, mas também muitas dificuldades na diretoria. São poucos avanços organizativos. O Conselho de Representantes ainda não emplacou e continua as dificuldades na organização.

Diante do atual quadro de dificuldades uma avaliação que surge é que as dificuldades existem em decorrência da proporcionalidade. Hoje são

quatro chapas que atuam no sindicato: ALERTA UNICAMP – 9 diretores, Vamos à Luta – 8 diretores, Grupo Apesar - 5 diretores e Lutar pra Valer - 5 diretores. O ALERTA UNICAMP já apoiou e foi crítico desse modelo de eleição. Nesse momento entendemos como equivocada atribuir à proporcionalidade os problemas do STU. Eles são decorrentes das diferentes concepções que atuam no sindicato e de visões que não valorizam a construção organizativa da categoria. Esse é um debate que o Congresso vai aprofundar e que já esteve presente na crise da diretoria na gestão Vamos à Luta. Ele será resolvido no debate político e não adianta artificializá-lo na forma da organização.

AVANÇAR NAS LUTAS E CONQUISTAS NA UNICAMP

Nossa pauta de reivindicações tem conquistado avanços ao longo dos anos. Conquistas como o auxílio alimentação, sexta-parte, mudança de regime, programas educativos, isonomia, 30 horas na saúde, exigiram sempre muita luta. O reitor Tadeu na consulta pra reitor incorporou no seu programa vários itens da pauta dos trabalhadores. Esses compromissos garantiram a sua eleição, principalmente pelo forte apoio dos funcionários. Houve avanços na medida em que se eliminaram entulhos autoritários da gestão anterior, que deixou um legado de punições e descontos para os trabalhadores que fizeram a greve de 2011. Além disso, tratou de regulamentar o estágio probatório, tirando seu caráter autoritário que excluía os funcionários do direito de votar e ser votado. Sob alegação de crise ou equívocos de interpretações jurídicas propostas como a isonomia e mudança de regime ainda não se concretizaram. Mesmo discussões como as

30h deixaram de fora setores que o sindicato entende que deveriam ser contemplados. Nesse momento, com auxílio alimentação congelado, carreira congelada, os trabalhadores amargam prejuízos. Mesmo nos programas educativos, onde os professores cobram oficialmente esse reconhecimento, ele ainda não aconteceu. A boa notícia é que na USP a justiça fez o reconhecimento, dificultando a postura do reitor de fechar as creches.

Nosso congresso deve reafirmar o compromisso com nossa pauta e reafirmar caminhos de luta e mobilização para avançar nas conquistas.

FORTALECER A UNIDADE

A unidade de professores, funcionários e estudantes nos trouxe até aqui, garantindo a autonomia da USP, Unicamp e Unesp e a defesa da Universidade Pública e gratuita. Fortalecer as ações conjuntas através do Fórum das Seis é a garantia de enfrentar os ataques, sejam do governo do Estado ou das reitorias. Mas nossa luta tem ficado mais difícil, é preciso avançar na discussão de ter nas universidades paulistas políticas inclusivas que estabeleçam o debate com a população, que deve ser nossa aliada na defesa da universidade pública, mas para isso deve se sentir parte da Universidade. As universidades públicas paulistas têm que estar comprometidas com políticas de expansão que visam incluir alunos de escolas públicas, estabelecendo uma conexão de sistema público de ensino, prevendo a entrada de negros e indígenas. É preciso debater e romper com o caráter elitista e meritocrático das universidades paulistas.

DEFENDER A DEMOCRACIA E AVANÇOS NAS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

Recentemente o país vem se deparando com um conjunto de manifestações de rua. De um lado está um público majoritário de classe média que protesta contra o governo, mas vão para as ruas com uma pauta moralista e conservadora, que incorpora a luta contra corrupção. Misturados

nesta manifestação estão segmentos reacionários, que evocam, inclusive, o retorno da ditadura militar. Nesta pauta está embutido também impeachment da presidente Dilma. Esse movimento vem acompanhado de forte apoio da mídia monopolista e de partidos de oposição, principalmente o PSDB que protagonizou a implantação do neoliberalismo no Brasil durante o governo de FHC e que está há 20 anos promovendo um choque de gestão em São Paulo.

Do outro lado das manifestações estão movimentos sociais organizados que reconhecem as conquistas dos 13 anos de governo Lula/Dilma, que promoveram mobilidade social e reduziram a fome e a miséria. Defendem a democracia e contra o golpe, querem a continuidade de políticas como bolsa família e valorização do salário mínimo, mas cobram do governo medidas para retomar o emprego, avanços na reforma agrária e o fim do ajuste fiscal. Querem o fim da corrupção e do financiamento privado nas campanhas políticas. Defendem que ao invés de golpe, temos que aprofundar a democracia, criando mais espaços de participação popular nas decisões.

Defendem, ainda, mais impostos para os ricos que praticamente não pagam impostos no Brasil. Dados da receita federal dão conta que 1% da população detém 30% da renda nacional, dentre esses o triunvirato dos irmãos Marinho, donos das organizações Globo, com fortuna estimada em R\$ 71,4 bilhões.

O ALERTA UNICAMP tem participado e defende as manifestações que reconhecem as conquistas, defendem a democracia e avanços na luta e organização do povo.

POR UM MUNDO SEM FRONTEIRAS

Temos assistido recentemente a reedição de vários muros da vergonha. Ainda não são de tijolos, mas de barreiras com grades e soldados. Esse é o resultado das barreiras para conter refugiados na Europa que buscam fugir do massacre em seus países, deixando seus bens e sua história. É desumano e vergonhoso o que se vê.

Essa barbárie é resultado da ação ofensiva do imperialismo americano que apoiou e promoveu guerras no Iraque, na Síria, na Líbia, destruindo esses países e instrumentalizando o fundamentalismo religioso que persegue e barbariza populações inteiras.

Se de um lado é a perseguição religiosa, do outro é o preconceito e a discriminação que deixam milhares passando fome ou morrendo afogados em embarcações precárias.

É preciso dar um basta nisso. É preciso denunciar a responsabilidade dos EUA e da União Europeia e exigir um mundo sem fronteiras e multipolar, onde a vontade de um país não prevaleça sobre os povos e sua soberania.

VAMOS AO XIII CONGRESSO

Ao apresentar esse resumo, a tese do ALERTA UNICAMP sinaliza com temas importantes que devem ser tratados no Congresso. Mas deixamos de lado muitos assuntos importantes que serão abordados em nossa tese. Vamos discorrer mais e melhor sobre a estrutura sindical, tratar dos temas relacionados à opressão e discriminação que envolvam as mulheres, os negros e os LGBTT, discutir melhor a conjuntura nacional analisando os efeitos dessa conjuntura no aprofundamento do racismo, materializado principalmente no genocídio da juventude negra, fruto da ação do crime e da violência policial. Na conjuntura internacional avaliar a realidade da América Latina e os desdobramentos da crise dos refugiados, além da situação do Oriente Médio, onde o povo Palestino continua vivendo a opressão do Estado de Israel e vamos também discutir a nova situação de Cuba após o fim do embargo.

ASSINAM A PRESENTE TESE:

João Raimundo (Kiko) FE
Margarida – Caism
Marcílio – CCS
Cido – Ciarq
Beth – IB
Silvia – Dedic
Dora – HC
Luiz Manoel – FT Limeira
Beerth - FEF

**Acompanhe as atividades
preparatórias do XIII Congresso
dos Trabalhadores da Unicamp
e as notícias de interesse da
categoria no site do STU
www.stu.org.br**



**Sindicato dos
Trabalhadores
da Unicamp**